

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

**PARECER JURÍDICO**

Recorrente: Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça - GARCAFÉ

Auto de Infração nº: 000065, 000066, 000067, 000068, 000069, 000213, 000214, 000215, 000216, 000217, 000218

Processo nº: 12.633/2018

Foi encaminhado a Procuradoria do Município pela Secretária de Meio Ambiente, recurso interposto pela Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça - GARCAFÉ, requerendo parecer jurídico referente aos Autos de Infrações nº 000065, 000066, 000067, 000068, 000069, 000213, 000214, 000215, 000216, 000217, 000218 em face do recorrente.

O citado Auto de Infração autuou a Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça - GARCAFÉ, pois foi constatado pelas fiscais ambientais Letícia Martins de Oliveira e Elisiane Dantas Rocha que nos Setor 37, Quadra 17, Lote 251, Setor 37, Quadra 17, Lote 290, Setor 37, Quadra 17, Lote 302, Setor 37, Quadra 17, Lote 374, Setor 37, Quadra 17, Lote 326, Setor 37, Quadra 17 Lote 338, Setor 37, Quadra 17 Lote 350, Setor 37, Quadra 17 Lote 362, Setor 37, Quadra 17 Lote 374 estavam em chamas e que o contribuinte não possuía autorização do órgão ambiental para tal prática. Portanto foi aplicada autuação no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos) para cada lote em questão por infringir o Art. 1º da Lei Municipal nº 4.905/17 que dispõe "*Fica proibida a realização de queimada em lotes urbanos localizados no Município de Patrocínio.*".

Em sua defesa, o recorrente aduziu que para tal prática, caberia somente advertência, por se tratar de ausência de ilícito ambiental.

Alegou que o fogo não foi colocado por ele, não sabendo especificar quem havia colocado (não juntando provas) e que sempre tomou todas as providências para evitar queimadas. Arguiu ainda que houve presunção por parte das agentes atuante que o fogo foi realizada por parte do proprietário do imóvel.

Por fim, requereu a nulidade/cancelamento dos autos de infração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

É o relatório. Passo à manifestação.

É fato que para a responsabilidade pelo dano ambiental, vigora a teoria da responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação do dolo ou culpa para caracterização da responsabilidade civil, bastando existir o dano e o nexo causal.

O artigo 14, parágrafo 1º da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei nº 6.938/81 estabelece que *“sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.”*

A responsabilidade do proprietário do imóvel em razão de ilícito ambiental é solidária, conforme Art. 2º do Decreto 3.479/2018. Nestes termos não há que se falar em qualquer excludente de responsabilidade do mesmo.

Para o ato ilícito praticado, não há advertência, conforme previsto na Lei Municipal 4.905/17 e Decreto 3.479/2018, pois o dano ambiental foi constatado em flagrante, não sendo passível a advertência e sim a aplicação direta da multa.

Portanto, opino pelo **NÃO PROVIMENTO** do recurso apresentado pela Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Garça - GARCAFÉ, uma vez que os argumentos mencionados na defesa são desprovidos de fundamentos técnicos e jurídicos, incapazes de descaracterizar o auto de infração em questão, mormente porque o Recorrente não apresentou documentos que comprovem suas alegações.

É o parecer.

Patrocínio-MG, 14 de junho de 2018.



**Mateus Brandão de Queiroz**  
**Supervisor de Setor**  
**OAB/MG 174.364**